

Simonsen defende controle de gastos pelo Congresso

Rio — Gastar recursos públicos sem autorização do Congresso, como se faz hoje nos subterrâneos das contas monetárias, é incompatível com a abertura, afirmou ontem o ex-ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, ao defender a unificação dos orçamentos monetário e fiscal que, a seu ver, "precisa ser urgentemente implantada para afinar a administração econômica com o novo cenário político".

Em editorial que está preparando para a revista "Simpósium", de circulação dirigida, Simonsen dirá que as eleições de 15 de novembro serão as mais importantes desde 1965. Embora estas eleições não tenham o caráter plebiscitário, como as realizadas pelo ex-presidente Geisel, pela primeira vez, desde Castello Branco, o governo federal terá que se submeter a um esforço para compor uma coalizão majoritária, negociando com alguns de seus atuais opositores. Para Simonsen, a alternativa, governar apenas com o PDS, não chega a ser inviável, pois, com o Senado e com o colégio eleitoral, é possível bloquear as iniciativas da oposição. Mas o executivo ficaria também de mãos amarradas.

Diante dessa perspectiva, mostra o ex-ministro que o executivo terá que abrir mão de alguns de seus poderes discricionários que vêm usando há anos no setor econômico. Destaca que as sociedades modernas exigem agilidade do poder executivo e que nem toda providência econômica pode ser submetida a debate prévio, ressaltando a área cambial, onde as decisões devem ser rápidas. Mas, no resto, tudo o mais deve passar pelo Congresso e ser amplamente discutido pelos representantes da nação.

Entende Simonsen que o grande centro de debates há que ser o Congresso Nacional. E aí é preciso que "as autoridades econômicas pratiquem dois jogos, o da verdade e o do pragmatismo. A velha técnica de tentar vender otimismo às vésperas da turbulência não pega em tempo de abertura. Qualquer povo é capaz de sacrifícios, desde que enxergue uma luz no fundo do túnel. Mas, primeiro, é preciso entendê-los".

Para o ex-ministro Mário Henrique Simonsen, a vinda do presidente Ronald Reagan ao Brasil é um fato político muito bom e revela a tendência da diplomacia

norte-americana em olhar o Brasil com maior boa vontade e respeito, podendo se dizer que é mais um resultado da viagem de Figueiredo aos Estados Unidos, quando ele discursou na abertura da Assembleia das Nações Unidas.

Sobre o problema da abertura política numa fase de crescentes dificuldades econômicas, Simonsen disse que "austeridade econômica e abertura política jamais foram objetivos incompatíveis. Se fossem, a Argentina e a Bolívia deviam estar em melhor situação do que a Alemanha e o Japão. Mas não resta dúvida que o atual estilo de administração econômica terá que ser adaptado a um regime politicamente aberto".

DÍVIDA

Simonsen voltou a explicar que não é contra o Brasil rescalonar sua dívida externa ou ir ao Fundo Monetário Internacional, como se fosse uma questão de princípio. Apenas Simonsen não vê vantagens imediatas numa tal atitude. Para ele, o que conta é ver se o Brasil pode obter mais recursos fazendo uma renegociação formal, ou a entrada de dólares será maior e mais tranquila pela simples rolagem da dívida. A segunda hipótese lhe parece mais favorável e deve ser mantida até quanto mais não seja possível.

Lembra o ex-ministro que "muita gente" que sugere a renegociação não apresenta soluções técnicas, tais como, a dívida de curto prazo e como resolvê-la. Como solucionar o problema da liquidez internacional das agências do Banco do Brasil, hoje o maior credor do Banco Central do Brasil, ou como renegociar com cerca de 500 bancos, em penosíssimas discussões sem que haja arbitramento ou um fórum político, são outras indagações levantadas por Simonsen.

Acha também o ex-ministro que para se obter uma nova racionalidade econômica, revendo-se projetos e programas, não é necessário rescalonar a dívida externa. A seu ver, é outro mito afirmar-se que somos obrigados a continuar a "vender" projetos sem nenhuma necessidade da economia no momento, apenas para obtermos dólares para a rolagem da dívida. Acha que a racionalidade econômica interessa também aos banqueiros internacionais, pois é sua maior garantia de retorno do capital.